

## “Faço isso porque sou assim”: controle e revolta nas expressões corporais

---

Frederico Sidney GUIMARÃES<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é contribuir com as análises sobre as possibilidades de controle social sobre o corpo exercido através de uma simbologia cultural e das relações de poder referentes aos comportamentos sexuais e às suas identidades. A temática é focalizada na assunção de identidades homossexuais e no histórico do movimento político entendido como uma das prerrogativas que possibilitaram uma maior discursivização das questões de sexo e de gênero nos meios sociais e acadêmicos. Através de exemplos enunciativos selecionados em sites de redes sociais e em observações empíricas em sala de aula, a Análise do Discurso é utilizada como aporte teórico para aglutinar os conceitos de cultura, poder e controle. Os princípios epistemológicos utilizados pressupõem: o sujeito como determinado pelo sistema ao qual pertence; e a realidade como socialmente construída. O trabalho propõe tanto uma discussão teórica acerca da sexualidade, gênero e discurso, como uma reflexão sobre estigmas e revolta em comportamentos individuais aparentemente descompromissados.

**Palavras chaves:** Análise do Discurso. Sexualidade. Cultura.

### "I DO THIS BECAUSE I AM WHAT I AM": CONTROL AND ANGST IN BODY EXPRESSIONS

**Abstract:** The purpose of this article is to contribute to the analysis of the possibilities of social control exercised over the body through a cultural symbolism and power relations related to sexual behavior and their identities. The theme is focused on the assumption of homosexual identities and on the historic of the political movement understood as an important item that allowed greater discursivization issues of sex and gender in social and academic environments. Through selected examples enunciative on social networking sites and on empirical observations in the classroom, Discourse Analysis is used as theoretical framework to unite the concepts of culture, power and control. The epistemological principles most used are: the subject as determined by the system to which it belongs; and reality as socially constructed. The paper proposes both a theoretical discussion about sexuality, gender and discourse, as a reflection on stigmas and revolt in individual behaviors apparently disengaged.

**Keyword:** Discourse Analysis. Sexuality. Culture.

#### 1. Introdução

O interesse em compreender particularidades do cotidiano e as influências presentes nas determinações dessas particularidades levam pesquisadores sobre comportamentos sociais a um impasse teórico metodológico. A escolha das bases conceituais e as formas como serão analisados tais comportamentos serão essenciais para indicar o posicionamento interpretativo nas análises em questão. Apesar dos imbrólios possíveis por conta de diversas perspectivas, é pertinente discutir e trabalhar com alguns parâmetros conceituais, mesmo que aparentemente contraditórios, para guiar estudos referentes à sexualidade, ao discurso e às

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Ferreira Cantão, 509, casa 06. Tel: 021-988247354. E-mail: [fredsid@bol.com.br](mailto:fredsid@bol.com.br)



relações de poder. Nesse caso, os conceitos e os argumentos sobre esses temas costumam fazer referência ao sujeito e, mais especificamente, ao corpo desse sujeito. O corpo, então, visto não apenas nas suas composições materiais, mas nas suas expressões subjetivas e psicológicas. A Análise do Discurso<sup>2</sup>, doravante AD, será a ferramenta para aglutinar o uso dos conceitos de cultura e de poder para melhor compreensão das expressões e das performatividades corporais.

Tendo em vista a importância do corpo, este artigo tem como temática: as expressões corporais; as limitações impostas e determinadas no corpo; estilos; e toda a criação de uma performatividade que caracteriza noção(ões) de identidade(s). Essa temática será analisada a partir: de escolhas teóricas referentes ao conceito de cultura e às relações de poder; do histórico da mobilização política de grupos que defendem a alteração de padrões culturais; e da observação de assunção de identidades tendo como exemplos tanto o discurso de um indivíduo numa situação particular como um discurso postado no perfil do grupo “Todos contra a homofobia, lesbofobia e a transfobia” da rede social *facebook*. Para elaborar esse trabalho, houve inicialmente a reflexão sobre dois fatores específicos que ocorreram durante aulas numa escola estadual no subúrbio do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. No ano de 2011<sup>4</sup>, uma turma do segundo ano do ensino médio noturno foi notabilizada por ter um número expressivo de alunos nitidamente homossexuais com posturas afeminadas.

Somente essa caracterização da turma já teria despertado duas intrigantes questões para serem analisadas: a conjuntura que propiciou sua formação; e as relações políticas e culturais envolvidas nas vivências desses alunos como facilitador da assunção de uma identidade tão estigmatizada. Aliado a isso, há outro ocorrido que influenciou o tema em questão: a reação de um desses alunos ao ser chamado atenção pelo professor. Durante uma aula, um aluno estava exaltado, com um comportamento agressivo, falando alto e usando palavras de baixo calão de uma maneira forçadamente feminina. Ao ser questionado pelo professor por estar com tais comportamentos, ele se justificou que, por ser gay, ele agia daquela forma.

Além da questão de análise ressaltada no parágrafo anterior, a fala desse aluno permitiu uma série de questionamentos relacionados a conceitos de sexualidade, identidade e

---

<sup>2</sup> Entendida como o conjunto de observações teóricas e metodológicas iniciadas na França pelo filósofo Michel Pêcheux e posteriormente desenvolvida no Brasil. Dentre os diversos tipos de Análise do Discurso, o utilizado nesse trabalho pressupõe o discurso não como material empírico, mas como conceito teórico, pois o que se analisa são os processos de significações e não as intenções ou informações dos falantes.

<sup>3</sup> Colégio Estadual Itália – Rocha Miranda, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>4</sup> É um relato pautado nas experiências docentes do autor deste trabalho.

gênero, sendo todos eles materializados nas expressões corporais dos indivíduos. Quais parâmetros simbólicos estariam envolvidos na postura discursiva do aluno? Em que conjuntura ele se encontra? Como os discursos percebidos se interpõem como indutores e aglutinadores de pensamentos?

Não é intenção investigar totalmente essas questões, mas as tratar com base em perspectivas conceituais que garantem a cientificidade dos argumentos presentes e contribuir com as pesquisas desenvolvidas sobre a temática do corpo, discursos e movimentos sociais. Para isso, as abordagens serão divididas em três partes: Na primeira parte, serão expostas as discussões conceituais escolhidas para dar suporte na análise dos comportamentos sociais em questão e suas implicações discursivas; a segunda trata do histórico do movimento LGBT<sup>5</sup> como uma forma de demonstrar as alterações conjunturais ao longo do tempo e o grau de permissividade presente no Brasil contemporâneo; e, por último, serão analisados discursos pautados politicamente na defesa de direitos civis dos homossexuais como uma forma de expressão e influência nos padrões simbólicos culturais.

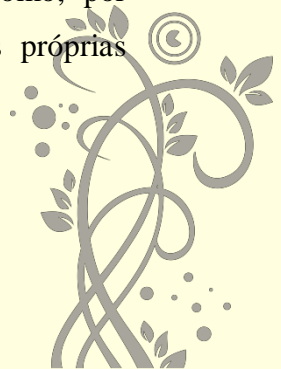
## **2. Escolhas conceituais – corpo, cultura, relações de poder e discursos**

Os impasses teóricos fazem parte da complexa relação existente entre o micro e macro abordagens. Até que ponto podemos nos prender à importância do sujeito e suas escolhas e não atentar para as conjunturas sociais envolvidas em suas decisões? Uma questão que, apesar de extremamente abordada, pode induzir a paradoxos e incompatibilidades teóricas. Nesse caso, mesmo assumindo o temor de escolher bases interpretativas com princípios diferentes, optou-se por pensar as relações de poder com bases nas teorias de Michel Foucault (1984) e as ideias de cultura de Clifford Geertz (2008).

A razão para associar tais parâmetros conceituais e teóricos é por conta das abordagens referentes à cultura, poder, indivíduo e controle. Cada um nos seus princípios e objetivos específicos, alguns mais explícitos e outros mais induzidos. É consenso entre esses dois teóricos perceber o controle como finalidades dos artefatos sociais, sejam eles ou as relações de poder e suas instruções de verdades (FOUCAULT, 1984), ou os sistemas culturais (GEERTZ, 2008). Não se nega a possibilidade de haver outras finalidades, como, por exemplo, perceber o poder como punitivo, mandatário e as culturas como as próprias

---

<sup>5</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros.



expressões de comportamento. Porém, nesse caso, a preocupação é perceber como a cultura e o poder se destinam a manter um *controle*, e no caso específico desse trabalho, um controle no corpo.

Mesmo que se possa entender o punitivo como uma forma de controle, as abordagens de Foucault (1984; 1998a) não se prendem a esse entendimento. A punição, mesmo sendo uma forma clara e direta de demonstrar poder e manter um controle, não é a única forma de expressão de poder, e, principalmente, não é a mais eficiente. A melhor forma de manter um controle é o consenso, é fazer circular entre as relações sociais as determinações morais, restritivas, indutivas e regulatórias. O que faz o poder se manter e ser aceito é simplesmente o fato dele não pesar só como uma força que diz não, mas sua capacidade de se permear entre indivíduos, produzir prazeres e discursos.

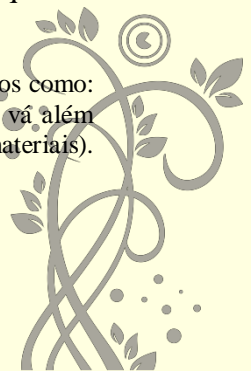
Assim como o poder e seu controle, a cultura e seus significados também estão nas pormenoridades do cotidiano. Segundo Clifford Geertz (2008), os mecanismos de controle fazem parte intrinsecamente do ato de pensar a partir da concepção de que o pensamento humano é basicamente social. O ato de pensar é regido pelo processo de escolhas e considerações dos variados esquemas chamados de *Símbolos Significantes*. As palavras, gestos, ou até mesmo qualquer engenharia mecânica dotada de algum significado (relógio, carro) são possíveis de serem afastadas da simples realidade factual e receber feições simbólicas<sup>6</sup> reconhecidas pelos meios sociais. O controle, nesse caso, é percebido no reconhecimento e reprodução desses símbolos, aproximando a noção do *consenso* do poder estipulado por Foucault (1984).

Esses *símbolos significantes*, nas concepções de Geertz (2008), são tão importantes para o pensamento humano que a ausência deles seria a impossibilidade de haver qualquer sentido social e o comportamento humano seria um caos. O ser humano é um animal naturalmente significativo e pesquisador de significados, pois é comum o raciocínio se utilizar de abstrações para criar modelos hipotéticos tanto para entender como para mudar situações reais. São os chamados modelos *de* e modelos *para*. O primeiro, específico da humanidade, é a capacidade de imitar coisas. O segundo serve para modificar algo, como o uso de ferramentas ou cálculos de ações para se alcançar algum objetivo.

A construção desses modelos de pensamentos e aceitação dos valores simbólicos permitem uma visão de mundo coesa. A ética seria ontologicamente sintetizada no esquema

---

<sup>6</sup> Considere, além da simples identificação *da coisa*, as potencialidades de valores em diferentes contextos como: utilidade, importância, ostentação, significação, metáforas e etc. Ou seja, é qualquer entendimento que vá além da pura e simples constatação ou da substância física, ou da entidade unitária (caso de itens materiais).



das diversas simbologias existentes na sociedade, pois os símbolos definem e induzem as considerações valorativas nos meios sociais. Pense, por exemplo, em toda representação referente a dicotomias bem/mal ou certo/errado e no papel dos rituais e símbolos religiosos que consagram as normas e condutas sociais.

Apesar de parecer criar um sistema totalizante e cerceador da liberdade individual, é reconhecido que esses modelos, da mesma forma que moldam, também são moldados pelas relações e contextos sociais e psicológicos. Por conta disso, a ação do sujeito e sua capacidade de transformação não se anulam, pois os valores simbólicos estão em constante alteração e em processo de (re)construção. Isso explica: tanto as mudanças nos padrões culturais, pois eles formam e são formados pelo eterno jogo de relações de poder entre os indivíduos; como a capacidade de grupos, ou movimentos populares, de exercer um papel revolucionário.

Mesmo sem uma preocupação direta com o corpo do indivíduo na teoria de Geertz (2008), as possibilidades de controle em conjunto com as internalizações éticas exercidas através dos *símbolos significantes* esclarecem as formações de comportamentos sociais expressos em ideias e materializados nos corpos. Os indivíduos usam essas ideias para construir uma imagem sobre si mesmos, em consonância com todo o esquema social no qual eles estão inseridos.

O fator encontrado como o aglutinador das ferramentas de controles abordados até agora – as relações de poder e os sistemas culturais – são os discursos dos indivíduos. Os discursos, entendidos não como puramente linguísticos por conta da sua inserção numa condição de produção discursiva (remetendo à psicologia e sociologia), são os momentos de expressão do ato individual em conjunto com todo um esquema de (re)produção de sentidos (PÊCHEUX, 1997a). A consagração dos valores e normas compartilhadas socialmente se efetiva nos discursos e em toda a interação possível das práticas sociais engendradas por eles.

A ênfase dada ao ato da linguagem na consagração dos valores em questão é importante não apenas por conta da sua capacidade de transmissão de informação, mas, principalmente, pela possibilidade dos efeitos de sentidos nessas transmissões. O discurso e a linguagem possuem papel importante na efetivação das circularidades de poder. Mesmo que Foucault tenha diminuído a importância dos discursos em seus estudos genealógicos do poder, analisar as instituições e movimentos em termos de poder e controle significa analisar suas formas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, se entende a ordenação de um biopoder, orquestrado através de uma construção de verdades e poderes de conhecimentos referentes à ciência do/sobre o corpo (sexualidade, loucura, doenças, crimes). Essas construções são instrumentos de ordenação e normatização da vida social. Os discursos



podem ser vistos como a ferramenta principal dessas construções, através de práticas de entrevistas, aconselhamentos, confissões e toda uma reprodução discursiva capaz de difundir ideias e valores.

A intenção dessa parte do trabalho foi abordar os principais conceitos teóricos utilizados para contribuir com o entendimento das relações políticas e culturais envolvidas na assunção da identidade homossexual e a forma na qual essa assunção se efetiva em performances corporais. Para a próxima parte, serão abordados os fatores históricos da mobilização social entorno da questão da *homossexualidade* e sua importância discursiva.

### 3. Movimento LGBT e a disputa pela significação da homossexualidade

A história dos *movimentos LGBT* está permeada de discussões envolvendo os limites dos conceitos envolvidos nesta temática. A intenção dessa parte do trabalho é abordar as problemáticas sobre as definições daquilo que se configura como um processo de afirmação homossexual. Isso demonstra a importância do princípio da AD de que a língua mais significa do que informa. A escolha do termo “movimentos LGBT” condiz com a auto nomeação das principais entidades representativas no Brasil, mesmo considerando outras denominações possíveis como: movimento gay; queer; ou até mesmo as diferentes siglas possíveis, justificando o uso do termo no plural.

Perceber o histórico de temáticas envolvendo relações e comportamentos homossexuais exige trabalhar com uma miríade de categorias *significativas* e *estruturais*. Isso ocorre por conta da indissociabilidade entre os aspectos ontológicos da sexualidade referentes tanto à subjetividade das práticas como ao reconhecimento de estruturas comportamentais. É o caso de se exigir, por um lado, a aceitabilidade da constituição de famílias gays e, por outro lado, defender as possibilidades de trocas de gênero e o respeito à opção libidinoso exaltada – no caso as atitudes consideradas vulgares em eventos festivos ou na busca por parceiros.

Dentre as categorias tratadas como *significativas*, destaco, por exemplo, os nomes referentes aos grupos envolvidos nas disputas sociais e os termos usados para significar os praticantes. Transgêneros, gays, homossexuais, bissexuais, travestis, bichas e outros. São termos que podem tanto ser amplos, como no caso o genérico *gays*, como também há termos que podem especificar uma demarcação moral hierárquica, como a *bicha*, se considerarmos as conotações negativas de xingamento ou até mesmo a postura reivindicatória de valorização daqueles que assim são chamados ou se identificam.



Já as categorias *estruturais* dizem respeito à identificação de grupos, instituições e classes. São as ONGs, institutos, estabelecimentos comerciais ou políticos envolvidos e o próprio termo homossexual. Essas categorias indicam uma realidade social e histórica, mas não necessariamente representam o grupo ao qual se refere, fazendo parte da discussão sociológica entre: o particular e geral; e teoria e prática. Essa observação diz respeito ao fato de que nem todos os gays se dizem homossexuais (HEILBORN, 1996) e nem todos os praticantes aceitam e participam das demandas políticas organizadas pelas instituições responsáveis.

Cabe ressaltar que as diferenças as categorias *significativas* e *estruturais*, não demarcam uma objetividade homogênea e estável. São recursos heurísticos para contribuir com o entendimento de diferenças entre formas e práticas de se perceber uma realidade, porém, na prática, elas se encontram e se confundem dependendo do ponto de vista da observação.

Um exemplo da importância da significação são as polêmicas entorno da nomeação da prática homossexual. Destaca-se o século XIX como o período da utilização mais sistemática desse termo (PEREIRA, 2009). Durante esse século foram construídos discursos destinados a categorização da sexualidade sobre a forma de um cientificismo associado ao controle moral na sociedade. Amparado pelos estudos de Foucault (1998; 1984) é possível concordar com Pereira (2009) quando este afirma que tanto a homossexualidade como a heterossexualidade são invenções do século XIX. O próprio termo *homossexual* teria sido cunhado pela médica húngara Karoly Maria Benkert em 1869. O fato de ter sido uma médica a usar primeiramente esse termo demonstra como os discursos da medicina e os aparatos morais degradantes do comportamento gay estavam relacionados entre si.

A lógica das verdades produzidas pela medicina e a visão negativa referente à imoralidade serviram como justificativa para tentativas de controle e maior condenação das práticas gays, ao mesmo tempo em que se discursivizava e se chamava atenção cada vez mais sobre esses comportamentos. O resultado não foi a redução ou extinção dessas práticas. Pelo contrário, pois a partir do processo de categorização e problematização, a homossexualidade, anteriormente encarada como simples comportamento, passou a ser vista como identidade pelos personagens vitimados pela ofensiva repressora.

Por isso, no decorrer do século XX, foi possível o surgimento de uma série de medidas afirmativas e protetoras de grupos identificados como homossexuais. Inicialmente foram criadas redes de convivências e surgimento de espaços determinados para a frequência desses grupos. Posteriormente, já pela década de 1960 e 70, surgiram as atividades politicamente



organizadas para alterar os padrões de verdades e restrições morais edificadas ao longo dos séculos XIX e XX.

As redes possuíam uma característica flexível de contatos e estabelecimentos de convivências. Trocas de informações, marcação de lugares para contatos, conhecimentos de locais específicos para frequência tanto para consumo, lazer e até mesmo ter as relações sexuais. Em seu estudo sobre o surgimento do movimento homossexual brasileiro na década de 1970, Green (2000) retrata essa infinidade de meios de convivências entre pessoas que se relacionam com o mesmo sexo, caracterizadas como “complexas subculturas urbanas” (GREEN, 2000, p. 40).

A partir dessas abordagens focadas no jogo de conceituações sobre o comportamento dos indivíduos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo e a criação de laços de convivências como resposta a ofensiva moral e pejorativa dos discursos político e científico pautados nas definições de impureza, pecado e anormalidade, é possível estudar o aprimoramento da afirmação da identidade gay com a criação de instituições voltadas para este fim.

Não é intenção estabelecer um processo evolutivo ou desprestigiar as formas de ação consideradas menos combativas ou menos estruturadas. Pelo contrário, pois é inegável a importância dos trâmites latentes<sup>7</sup> das organizações sociais fora dos meios institucionais. Através dos contatos sociais e laços tanto de solidariedade como de identificação, é possível uma maior mobilização para efetivar os objetivos dos organismos criados para representar esses laços. Dessa forma é possível tratar da segunda vertente classificada como institucional e militante.

O confronto com policiais ocorrido nos Estados Unidos, em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall em Nova York, é considerado um marco para o movimento gay mundial. Após várias investidas policiais para reprimir a venda de bebidas alcoólicas a um público até então considerado como *doente*, os frequentadores se revoltaram, reagiram e fizeram violentos protestos. Essa revolta repercutiu mundialmente e marcou simbolicamente as lutas pela libertação homossexual, por isso o dia 28 de junho ser considerado o dia internacional do orgulho gay.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> O uso do termo latente diz respeito às ações não expressivas entre grupos e militantes. Seria uma forma de entender os *bastidores*, o desenrolar dos processos de organização, divulgação e recepções possíveis de ideias tanto entre: os organizadores (militantes e representantes) os públicos alvos (gays) e os públicos afetados indiretamente (o simpatizante e “não simpatizante”), por exemplo.

<sup>8</sup> [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pwdtcomemorativas/default.php?reg=49&p\\_secao=14](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pwdtcomemorativas/default.php?reg=49&p_secao=14)

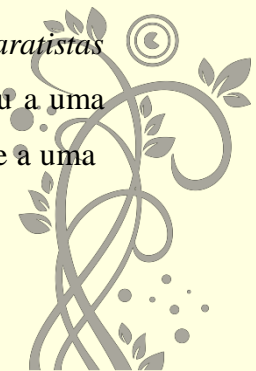




Apesar da expressividade desse evento, não há um consenso sobre a origem do movimento LGBT. Silva (2006) defende a existência de um precursor do movimento de libertação gay na Alemanha cem anos antes dos ocorridos em Stonewall. Em suas análises é possível perceber três momentos históricos da luta dos homossexuais, tendo como foco o espaço da Europa e EUA e sua posterior influência pelo mundo:

O primeiro seria entre o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Teria influenciado o surgimento de organizações pela Europa e Estados Unidos da América. Karl Heinrich Ulrichs, no reino de Hanover em 1864, fez manifestações públicas em defesa da homossexualidade. Mesmo aproveitando sua posição como político dentro do parlamento de Hanover, local onde ser homossexual não era crime - porém não era moralmente aceitável - não logrou suas expectativas. Algumas dessas expectativas ainda fazem parte dos movimentos ainda no século XXI, como, por exemplo, o matrimônio. Posteriormente, em 1897, Magnus Hirshfeld fundou o *Comitê Científico Humanitário*. Este comitê fez campanhas para alteração do código penal alemão que considerava a homossexualidade como um delito suscetível de prisão. Deste comitê são interessantes duas observações: influenciou a fundação de organizações similares na Suécia e na Holanda; e divulgou um tipo de entendimento da homossexualidade como uma *maldição* da natureza, sendo incoerentes penalidades na lei contra esses *seres amaldiçoados* pelo fato de não ser uma opção de ação.

O segundo momento seria entre o término da Segunda Guerra e os acontecimentos de Stonewall. Nesse período ocorre o maior crescimento das cidades como fenômeno mundial e a melhoria da qualidade de vida nos principais centros econômicos do mundo (EUA e Europa), possibilitando uma maior diversificação das lutas políticas, não somente pautadas em carências econômicas. Durante esse período, foram divulgados trabalhos tratando a homossexualidade como sendo comum, como foi o caso dos estudos de Alfred Kinsey (PEREIRA, 2009). Apesar de uma caracterização menos combativa, há de se ressaltar a atuação do grupo secreto *Matashine Society*, fundado em 1951 nos EUA. Apesar da proposta inicial voltada para afirmação das práticas gays como uma forma de se impor perante a sociedade, houve um racha no grupo demonstrando aqueles com intenções de conduzir adaptações de convivências entre as práticas homo e heterossexuais. A alternativa de se buscar uma convivência neutraliza a possibilidade de sectarizar a sociedade em comunidades sexuais. Isso demonstra duas posturas conflitantes nos movimentos: os *radicais separatistas* ou *assimilacionista* (SILVA, 2006). A diferença entre essas posturas diz respeito: ou a uma afirmação homossexual independente da convivência com o resto da sociedade e tende a uma



prática segregada, principalmente através de locais específicos; ou a uma busca por adaptações de convivências, mesmo que isso pressuponha uma auto-retratação comportamental e privação pessoal para poder ser socialmente aceito dentro de padrões estabelecidos.

Por fim, o terceiro momento, influenciados pelo ocorrido em Stonewall, em 1969, que conduziram uma maior abordagem sobre o tema do homossexualismo pelo mundo e incremento das organizações políticas mais estruturadas tanto em questões de campanhas e ações como em questões ideológicas. Esse fato marcou a história do movimento a ponto de, no ano seguinte, ocorrer uma marcha de aproximadamente 10 mil homossexuais, provenientes de várias localidades dos Estados Unidos, sobre as ruas de Nova York. Essa notoriedade, além da contribuir para a celebração do dia 28 de Junho como sendo o dia internacional do orgulho homossexual ou LGBT, possibilitou o surgimento de inúmeras organizações de gays e lésbicas e criou um tipo de prática de ação coletiva conhecida no Brasil como *parada do orgulho gay*. O movimento LGBT, a partir desse momento, logrou as primeiras conquistas, como a eliminação de restrições legais e a discussão da classificação de doentes na Associação Nacional de Psiquiatria nos Estados Unidos.

No Brasil, acompanhando o desenvolvimento urbano das décadas de 1960 e 1970, surgem as primeiras expressões da *movimentação homossexual*, com redes de sociabilidade e criação de jornais temáticos sobre essa prática. A partir do final da década de 1970, se caracteriza o tipo de movimento com caráter mais politizado, como a criação do Grupo Somos, o jornal Lampião da Esquina com intenção direta de valorizar a conduta gay e os primeiros encontros nacionais. Interessantes são as observações da diferença entre *movimentação homossexual* e *movimento gay*, como forma de destacar a intenção de ativismo político (FACCHINI, 2002).

Essa primeira *movimentação* teve a ver com as condições brasileiras e mostra como uma identidade gay já podia ser reivindicada e socializada. Clubes, bares editoriais, como o jornal Snob, fizeram sua parte nas formulações de convivências e caracterizações comportamentais, principalmente aquelas referentes aos tipos possíveis na relação entre gênero e sexualidade com denominações estereotipadas como bichas / passivas, bofes / ativos.

Quanto ao movimento politizado, Fachini (2002) aponta três fases do processo de mobilização no Brasil: A primeira estaria vinculada a luta pela afirmação de identidades e questionamento dos estereótipos. É considerada como uma fase *revolucionária*, pois questionava estruturas comportamentais consagradas. Essa fase foi marcada pelo confronto



com a repressão policial e surgimento dos primeiro grupos politicamente voltados para a afirmação comportamental gay.

Os movimentos no Brasil se inseriam na conjuntura mundial de afirmação de direitos civis que surgiram durante o final e início das décadas de 1960/70. Como conjuntura local, o Brasil passava pela ditadura civil militar iniciada em 1964, acirrando as conotações possivelmente revolucionárias e tendências políticas esquerdistas.

A segunda fase seria marcada pela autoafirmação da identidade gay. Inserida nas pautas referentes à eminente epidemia da AIDS durante os anos de 1980, foi um momento de *desestruturação* de organizações iniciadas na década anterior. As demandas se concentrariam na manutenção de conquistas e redução de violências.

Desta forma, e não necessariamente se prendendo num caráter transitório da segunda para terceira fase, é que durante a década de 1990 se configurou a etapa atual do movimento LGBT no Brasil. O importante dessa última fase foi tanto a consagração como a estruturação de uma política mais efetiva das demandas referentes a direitos civis. A participação do poder público nas políticas de prevenção do HIV financiando projetos em conjunto com as organizações LGBT, possibilitou avanços tanto na difusão de informações sobre a doença como contribuiu para a maior visibilidade e estruturação do movimento político em questão.

Novos sujeitos, novas pautas, maior capacidade comunicativa e mobilizatória. A *causa gay* se publiciza mais efetivamente e se percebe maior apoio social a questões polêmicas referentes a esses comportamentos sexuais. Personagens em novelas, desfiles lúdico-cívicos (Paradas Gays) e maior representação política nas esferas governamentais marcam essa fase. Dentre as principais conquistas a partir de século XXI no Brasil, temos a aprovação da união civil e casamento, comprometimento do poder público em campanhas contra a homofobia e debates entre discursos conservadores religiosos e ativistas gays acompanhados tanto pela mídia tradicional como pelas redes sociais da internet.

Esta parte demonstrou o quanto as esferas institucionais e as não institucionais permitiram construções de esquemas de afirmações e debates sobre condutas homossexuais. Com o passar do tempo, alterações nas conjunturas políticas e culturais propiciaram alterações em padrões normativos. Alterações efetivadas através de consagrações de valores tanto entre os grupos identificados com a prática gay como os setores que se notabilizaram pela defesa desses grupos. Dessa forma, a próxima parte analisa expressões discursivas contemporâneas que retratam a maior permissividade da assunção da identidade gay e as expressões corporais pautadas em padrões de gênero e sexualidade.



#### 4. Um debate sobre a expressão corporal

Ao estudar as formações de movimentos políticos e a criação de denominações para as práticas homossexuais, é possível perceber o desafio de conseguir dar conta das infinitudes de identidades e caracterizações possíveis. Essa multiplicidade resulta em: rachas nas instituições; falhas em se fazer representar; e, principalmente, dificuldades na definição dos objetos a serem estudados em análises científicas sociais e linguísticas. Como foi visto na parte anterior, a própria construção do termo *homossexualidade* foi parte de processos discursivos, mostrando toda a importância de fenômenos linguísticos voltados para significação e variações conceituais.

As variações nos processos de significação e sua influência na prática discursiva (e na prática social) possuem respaldo teórico na AD, principalmente na utilização de conceitos psicanalíticos no desenvolvimento teórico sobre o discurso. A noção de sujeito e sua relação com a significação é entendida como um intrincado esquema de determinações e resistências. A análise desse esquema favorece compreensões acerca de problemas e de práticas sociais, como no caso de compreender melhor esse momento de afirmação das práticas homossexuais e como isso pode se refletir em enunciações pretensiosamente descompromissadas (a exemplo da fala do aluno em questão).

A noção de escolha nas ações tende a ser vista mais como um jogo de determinação pelas conjunturas sociais e psicológicas. A resistência, que poderia ser uma demonstração de um posicionamento consciente do sujeito na sua história, também faz parte do mesmo sistema que nos determina.

Orlandi (2012) propõe pensar “discursivamente a resistência” (ORLANDI, 2012, p. 233), pois, a determinação responsável pela nossa concepção de sujeito livre nem sempre consegue manter uma homogeneidade nas nossas certezas e convicções. O sistema é falho. A resistência, desta forma, é uma expressão dessa falha que permite a desidentificação das nossas posições em certos padrões discursivos, mas que automaticamente nos identificamos em outros. Estamos sempre presos a aspectos conjunturais. Compreendemos o princípio lacaniano da “lógica do significante” (MARIANE; MAGALHÃES, 2013) nesse trâmite entre se desidentificar e se identificar. A linguagem seria a condição para o inconsciente (e pensamento) e, por isso, somos condicionados ao simbolismo inerente do sistema linguístico que compõe a imagem criada sobre nós mesmos.



Tendo como base tais pressupostos teóricos da AD, é possível discutir questões de gênero, de estilo e de revolta. Mesmo que os teóricos mencionados ao longo desse texto não necessariamente concordem com o princípio da determinação do sujeito à sua conjuntura, as discussões, por eles levantadas, sobre a relação entre a sexualidade e cultura contribuem para a compreensão dessas mesmas conjunturas na discursividade em análise. Por conta desse complexo jogo de determinações sociais e funções simbólicas pertencentes à linguagem, não se deve atrelar a sexualidade com o gênero.

Apesar das diferenças entre masculino e feminino pautar muitas práticas sexuais, a matriz heterossexual regula o ponto de diferenciação e faz parte dos estigmas encontrados na reflexão da materialização dos corpos. (RUBIN; BUTLER, 2003). A materialização faz parte dos processos regulatórios que cristalizam as posições de gêneros e tornam o corpo culturalmente inteligível, mas seu domínio impensável. Isso ocorre porque esses processos regulatórios priorizam as normas e preterem os aspectos naturais. Como solução, Butler (2002) propõe refletir não sobre a maneira na qual o gênero é constituído através da interpretação do sexo, mas sim sobre as normas regulatórias que materializam o sexo. Essa ênfase no processo normativo e não em marcações pré-concebidas faz parte da estratégia de desconstruir binarismos (natural /cultura e corpo /mente) e contribui para evitar as cristalizações categóricas voltadas para as diferenças entre gêneros e os comportamentos a eles atrelados muitas vezes de forma negativa entre os próprios homossexuais.<sup>9</sup>

A feição inteligível da expressão corporal cristalizada pelas normas de gênero e sexualidade serve para demonstrar, por exemplo, o quanto o aluno<sup>10</sup> mencionado na introdução, ao se intitular naturalmente destinado a ser ofensivo e desrespeitoso, faz parte de um complexo jogo de significações, tanto *estigmatizadoras* como *revolucionárias*. O uso do termo revolucionário serve para demonstrar que, apesar de se conhecer como estigmatizado, utiliza-se dos próprios estigmas para se afirmar, ser reconhecido e aceito em seus meios sociais – mesmo que seja no pequeno universo de uma sala de aula no subúrbio do Rio de Janeiro.

A forma estigmatizante da expressão corporal está diretamente atrelada a uma ordenação de valores sociais. Por isso a opção por tratar primeiramente das questões normativas presentes nas definições de gênero. As possibilidades de mudanças e a forma aqui chamada de revolucionária, por enfatizar a necessidade de alterações sistemáticas dos padrões

---

<sup>9</sup> Como as formas pejorativas de se referir às performatividades afeminadas.

<sup>10</sup> Mencionado na introdução, quando responde que suas atitudes ofensivas faziam parte ontológica da sua homossexualidade e afeminidade.



sociais, mesmo que compreensível também nas análises normativas através do teor crítico construído (BUTLER, 20002), será melhor abordado mais à frente através do estudo de estilos tanto na sua expressão *espetacular* como na feição da *teoria do desvio*.

Há uma problemática em relação ao ato da enunciação do indivíduo como uma forma de afirmação direta da sua identidade, entendida como natural e associada a um comportamento também naturalizado. O ponto de interseção entre o natural e o social na sexualidade se caracteriza como uma busca para evitar as justificações de ordem moral através de uma visão essencialista da sexualidade que, por ser essencial, seria natural ou biológica. Por outro lado, as abordagens voltadas para a noção de que a sexualidade é construída socialmente cria uma categoria frágil, pautada por teorizações sobre a sexualidade *desincorporadas* (VANCE, 1989), ou seja: a fala sobre o sexo sem considerar o próprio corpo sexual.

A distinção entre o sexo e gênero, mesmo sem a pretensão de criar uma dissociabilidade estrutural, serve como uma forma de resolver o problema entre construcionistas e essencialistas ao resgatar o corpo no entendimento teórico da construção de uma sexualidade pautada em parâmetros sociais. Desta forma, a busca da *matéria* nas teorias de Butler (2002) resgata a ideia de materialização dos corpos como sexuados a partir de poderes regulatórios. Não nega a construção como fator social, mas busca o entendimento das naturalizações de concepções que se materializam nos corpos através da *performatividade*.

Diferente de performance, a performatividade coloca o sujeito inserido no conjunto de constrangimentos e normatividades, não cabendo a ele decidir sobre seu gênero (BUTLER, 1990). O gênero seria regido por normas e não deve ser encarado sob a forma naturalizada, assim como não devem ser encarados dessa forma os corpos e o desejo. As categorias perdem a homogeneidades e fronteiras diferenciadoras para melhor se trabalhar aspectos do cotidiano e comportamentos, evitando se pautar em paradigmas pré-estabelecidos e perder de vista a posição do gênero como produtor de binarismos (macho / fêmea).

O ato performativo não é visto como um ato singular e sim como fazendo da performatividade uma forma de reiterar um conjunto de normas através da dissimulação de convenções por causa de sua aparente expressividade reflexiva do sujeito sobre si mesmo. Esse pensamento coloca a necessidade de se questionar sobre esses aspectos normativos e evitar as cristalizações de identidades nos próprios movimentos contestatórios. Não visa à negação sistemática das normas, mas à sua reflexão e à compreensão dos processos de naturalização. Cria uma possibilidade de não cristalizar papéis sexuais, identidade sexual e



gênero, ou seja: uma pessoa afeminada não necessariamente possui um papel sexual feminino e não necessariamente nega seu gênero biológico.

Essas expressões corporais marcadoras de diferenças remetem ao conceito de *estilo*. Impossível de serem mapeados todos os sentidos e intenções ao construir um processo identitário do sujeito, cabe refletir sobre possibilidades interpretativas. As construções de estilos pressupõem uma ideia de afirmar diferenças, geralmente relacionada à negação de paradigmas gerais relacionados a gerações e classe. Exemplo de caracterizações juvenis como possíveis subculturas (punks, darks, hippies etc), contrapondo a uma suposta cultura mais ampla.

Um diálogo entre sujeitos e sociedade se estabelece numa comunicação por vias de uma linguagem corporal. Além dos aspectos de diferenciação, é possível tratar questões geracionais e hierárquicas. Por um lado é refutável a simplificação em categorizar essa linguagem como uma forma de expressar nichos de diferenças como respostas a padrões societários gerais (subcultura / cultura). Helena Wendel Abramo (1994) enfatizou que essa simplificação não era capaz de contribuir com a análise dos grupos que pretendia estudar: os *punks* e *darks*. Para auxiliar seu entendimento desses grupos, a autora utiliza o estilo num sentido *espetacular*. Esse sentido não se prende na forma de expressão individualista pautada na concepção de um estilo de vida, como se fosse uma escolha por ser rebelde. A noção espetacular envolve a intenção do lazer, sendo artificial no sentido de ser vestido e despido para *dar-se a ver* em espaços públicos. A comunicação com o meio é essencial, uma forma de problematizar situações através de encenações com o intuito de perceber reações dos espectadores.

Em adição a essa ideia, é possível ir além das noções de espetáculo e problematizar as definições de subculturas pautadas em concepções hierárquicas e subversivas. Dick Hebdige (1979) usa o termo subcultura como uma forma de lidar com as subalternidades presentes nos jogos de significações e imposições sociais. A base da *teoria do desvio*, geralmente associada à contraposição das determinações dos pais, é incrementada com observações a respeito de classe, geração e etnia. Os estilos, nesse caso, além da comunicação e procura de reações, tentam uma subversão de valores impostos e estigmatizados. Uma análise possível de ser feita em vários grupos sociais, como trabalhadores, mulheres, negros e imigrantes e demonstram o uso dos estilos como uma forma de “fazer alguma coisa do que é feito deles” (Hebdige, 1979, p. 138).

A ressalva necessária ao associar essas teorias de estilo às abordagens das marcações corporais como uma forma de expressar uma identidade homossexual é a atenção dada por



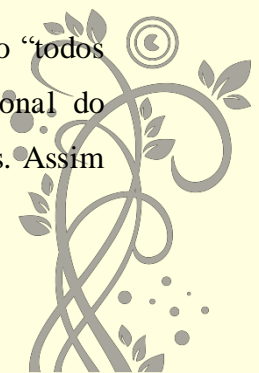
essas teorias aos comportamentos juvenis e geralmente associado a condutas de consumo. O tipo de expressão analisada neste trabalho não se restringe a jovens ou consumo de roupas e utensílios ornamentais diversos (cabelos, *piercings* e demais enfeites corporais). Apesar de haver denominações para o estilo analisado, como *bicha*, ele não pode ser caracterizado como uma subcultura por conta da falta de uma estilização tendente a homogeneização. As congruências que interessam no tipo de comportamento aqui analisado dizem respeito às possibilidades subversivas, espetaculares e desviantes da performance afeminada de homossexuais em espaços de sociabilidade comum.

Não se pode ignorar toda a conjuntura política favorável a esse tipo de assunção de identidade. Essa conjuntura faz parte de toda movimentação ativista e discursiva que coloca as práticas gays nos dias atuais cada vez mais publicizada e tratada de forma natural e cidadã. Apesar de toda conotação pejorativa reconhecida tanto socialmente como pelo próprio indivíduo que a utiliza, não houve diretamente uma preocupação, por parte do aluno em questão, de sofrer sanções físicas e maiores prejuízos recriminatórios.

Isso demonstra uma característica do movimento político LGBT atual no Brasil, não tão marcado ao que Peter Fry (1996) classificaria como segregacionista ou assimilacionista. Uma expressão tão caracterizada de forma pejorativa seria melhor aceita em áreas específicas ou em redes de sociabilidades amigáveis, próximas ao tipo de militância segregacionista. Esse tipo de militância não seria tão necessário atualmente, visto ser possível uma maior aceitação social de tipos estereotipados em locais públicos não necessariamente reservados para esses tipos. Um fator positivo para a militância política, mesmo considerando a necessidade de superar as conotações pejorativas ainda presentes, tanto socialmente como pelos próprios grupos que a utilizam. Os significados simbólicos mudaram, mas ainda possuem resquícios da negatividade imposta por tanto tempo.

Os trâmites das mudanças de significados e alterações de valores se efetuam através de um *continuum* conjuntural, podendo variar uma tendência conservadora com tendência liberal. A análise de discursos é uma forma de perceber essa variação, principalmente quando se escolhe aspectos não institucionais da representação de grupos ou categorias estigmatizadas, pois as consagrações do fato cotidiano são efetivadas através da esfera não institucional. Essa afirmação não nega a importância da esfera institucionalizada, como foi analisada na segunda parte deste trabalho.

A publicação de textos e discussões no perfil da rede social *facebook* do grupo “todos contra a homofobia, lesbofobia e transfobia” remete a essa caráter não institucional do movimento LGBT e demonstra as repercussões de temas debatidos nos meios sociais. Assim





se torna exemplificável aspectos das relações de poder, simbologias culturais, padrões performativos e capacidades subversivas nas marcações de identidades e estilizações materializadas no corpo e no comportamento individual.

No dia 05 de fevereiro, foi postado por um dos componentes do grupo uma reflexão acerca da coragem em se assumir transexual, *drag queen*, afeminados e travestis:

O mundo dos padrões. Engraçado quando escutamos as pessoas ditando qual deve ser a postura dos gays na sociedade. Até quando se é gay você tem que ser o “MACHO ALFA” para ser aceito. Os afeminados, travestis, transexuais, drag queens vivem à margem da sociedade que impõe um comportamento social e afirma: ‘você pode até ser gay, mas não precisa ser assim’. É necessário refletir sobre nosso discurso e compreender que cada ser humano tem a liberdade de ser da maneira que deseja e se identifica, baseado em seu conceito de felicidade e realização. Dedico esse comentário aos que tem coragem.<sup>11</sup>

Mesmo considerando a falta de especificar as origens mais detalhadas desse discurso, a discussão sobre as normas e estigmas sociais presentes na dificuldade da assunção da identidade gay e, principalmente, na identidade gay afeminada é recorrente e transpassa a constatação da aceitabilidade ou não de tais identidades. Em alguns casos mais aceitos, como em festividades carnavalescas, estereótipos de comediantes e demais acontecimentos lúdicos. Em outros mais reprimidos, considerando os casos de agressões, repressões comportamentais, acessibilidade de emprego, por exemplo. Esses casos demonstram o quanto é variável a imposição dos valores sociais sobre a expressividade homossexual. Aspectos referentes à ênfase da masculinidade, ao se tratar do gênero masculino, subentende uma pressão para impor o padrão *assimilante* na postura política dos movimentos LGBT. Esse detalhe, como demonstra o discurso entre os representados pelo movimento, encontra resistência e caminha para a militância favorável ao respeito mútuo das diversas expressões da sexualidade. Uma disputa de significações e relações de poder entre o conservadorismo e a subversão dos valores sociais.

Apesar de parecer uma batalha indissociável entre aceitação e negação, a alteração dos padrões tradicionais dialoga e tende a concessões, dependendo do peso das consagrações dos aspectos subversivos desses valores. O exemplo disso são as possíveis condições discursivas para alteração da norma: “você pode até ser gay, mas não precisa ser assim”. Ou seja: só será aceito se for de uma maneira específica.

---

<sup>11</sup> <https://www.facebook.com/groups/tchlt/permalink/578057205618715/>



Há dois efeitos do sentido no discurso postado no perfil do grupo que complementa a fala internalizada e subversiva do aluno sobre o estigma: a reflexão sobre os padrões normativos pela constatação da marginalidade social imposta aqueles considerados fora do padrão; e a coragem reconhecida naqueles que exercem uma maneira própria de ser, mesmo considerando a possibilidade da marginalização. Duas Formações Discursivas<sup>12</sup> intercaladas no pensamento individual: a primeira, pautada nas afirmações de controle sobre as condutas do corpo; e a segunda, pautada na dialética estabelecida na confrontação com a primeira.

Através desse confronto, a Forma Sujeito (PÊCHEUX, 1997b) pode ser encontrada. Ela é entendida como o sujeito inserido no jogo das determinações ideológicas. Mesmo considerado constitutivo de seu próprio discurso, o sujeito compõe os dilemas e tensões sociais nos quais ele está inserido. A partir das variadas condições de produções e formações dos discursos, o sujeito da enunciação se entrecruza com as múltiplas Formações Discursivas de acordo com a sua própria história. Nesses entrecruzamentos, a dialética da forma sujeito é compreendida, pois se efetiva não somente a reprodução das normas, mas também sua contestação (LAGAZZI, 1987).

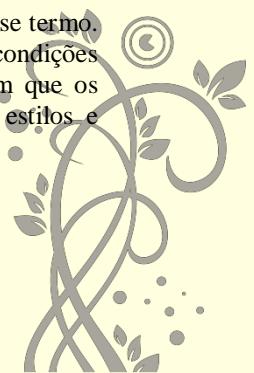
Assim foi possível uma aproximação com a conjuntura atual da assunção de identidade gay. O exemplo da fala do aluno e da postagem do grupo da rede social demonstraram como o complexo jogo de significações ainda coloca o sujeito em posições contraditórias dentro da própria afirmação de seu estilo de expressão comportamental e performance corporal. O fato de carregar estigmas e buscar sua própria valorização é um espelho de uma conjuntura de transição de valores. Nessa transição, a consagração do novo ainda precisa enfraquecer as significações simbólicas que o reprime. As atividades da mobilização política, a maior publicidade discursiva e a capacidade dos diferentes grupos representativos de difundir e significar novos padrões são os fatores decisivos nesse processo de alteração da cultura social e estabelecimento de novas relações de poder.

### Considerações finais

A construção epistemológica e social da sexualidade faz parte da tentativa de categorizar comportamentos correspondentes às práticas sexuais. Como efeito, criou-se uma

---

<sup>12</sup> O entendimento de Formações Discursivas precisa de uma especificação por conta do uso variado desse termo. A noção desse conceito é baseada na teoria de Pêcheux (1997b) que a entende como um apanhado de condições extralinguísticas (sociais e psicológicas) que influenciam a construção dos discursos. A *condição* em que os sujeitos se inserem nas relações sociais cria um processo de *formação* identificado por repetições, estilos e permissões da forma de discursar.



circularidade entre as definições comportamentais e as identidades adotadas pelos sujeitos inseridos nessas definições. Dessa forma, desde a sua invenção no século XIX, a homossexualidade e todas as suas práticas, restrições e definições são (re)criadas através de uma vivência dialógica entre os diversos grupos envolvidos por ela, tanto os que a observa como os que a vivencia.

Os diversos grupos envolvidos configuram uma disputa no processo de definição e controle sobre os padrões sexuais. Esse processo se fortalece através da capacidade de criar um consenso acerca dos significados simbólicos dos conceitos, das determinações morais e da estipulação de normas acerca das condutas sexuais. Essas normas permitem um controle sobre o corpo dos indivíduos, estereotipando tipos e formas de expressões.

Uma questão de autoridade se estabelece por conta das relações de poderes entre esses grupos. Aqueles com maior capacidade de impor verdades e padrões terão maior sucesso nos consensos simbólicos. Se o peso dessa autoridade tender a uma equivalência de forças, as disputas se tornam mais acirradas e os padrões tendem a ter maior flexibilidade possibilitando um convívio mais plural e afirmativo entre os grupos afetados pelas tentativas de serem cerceados.

A militância política e discursiva fica em evidência nessa relação de poder. Tanto a capacidade dos grupos se mobilizarem, como a capacidade de se construir formações discursivas serão determinantes na disputa simbólica da definição dos diferentes tipos de sexualidades. Como exemplos dessas disputas podem ser destacados desde campanhas e afirmações sobre posturas recriminadas como os posicionamentos político tendente ou à separação de grupos para garantir o convívio seguro entre os estigmatizados, ou à adaptação desses estigmatizados para se assimilarem ao padrão dominante. Assim é possível compreender como a campanha de afirmação da identidade gay com o lema *gay is good* possibilitou a origem da manifestação em Nova York que se tornou símbolo internacional da politização da valorização homossexual.

Atualmente, no Brasil, há essa equivalência de forças discursivas, possibilitando a conjuntura favorável para assunção de identidades LGBTs e maior liberdade de expressões corporais usualmente encaradas de forma pejorativa até mesmo entre aqueles que militam politicamente pela causa gay. Apesar dessa conjuntura favorável, os padrões normativos ainda persistem no imaginário simbólico. Dessa forma, as expressões de revolta e controle ficam em evidência e, como analisado nos discursos desse artigo, podem fazer parte do mesmo indivíduo no próprio ato enunciativo.



## Referências

- ABRAMO, H. Cenas Junveis. Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Ed). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.
- BULTER, J. Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidos, 2002.
- BUTLER, J. Gender Trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.
- FACCHINI, R. “Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002. 243f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH, Unicamp.
- FACCHINI, R. Entre umas e outras – Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Campinas, 2008. 323f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – IFCH, Unicamp, 2008.
- FAIRCLOUG, N. Discurso e mudança social. Brasília: UNB, 2001.
- FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998a
- FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998b
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970.
- FRY, Peter. Por que o Brasil é diferente?. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Ano 11, n 31, junho de 1996.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GREEN, J. N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil no século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.



GUIMARÃES, C. D. O Homossexualismo visto por entendidos. Rio de Janeiro: Editora Garamont, 2004.

HEBDIGE, D. Subculture: the meaning of style. Londres: Methuen, 1979.

HEILBORN, M. L. Ser ou estar homosexual: dilemas da construção de identidade social. In: PARKER, R; BARBOSA, R. M (Org.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

LAGAZZI, S. M. O juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso cotidiano. Campinas, 1987. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística) IEL – Unicamp.

MARIANI, B e MAGALHÃES, B. Lacan. In: OLIVERIA, Luciano Amaral. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola editorial, 2013.

McINTOSH, M. The homosexual role. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p.68-76

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: Orlandi, E. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso. In: Gadet, F; Hak, Tony (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

PEREIRA, S. J. N. Da “invenção” da homossexualidade ao discurso das posses: uma análise interpretativa da identidade homossexual. Rio de Janeiro, 2009. 193f. Tese (Doutorado em Marketing) - EBAPE, Fundação Getúlio Vargas.

RUBIN, G; BUTLER, J. Tráfico sexual. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 21, 2003.

SILVA. A. S. Marchando pelo Arco Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. São Paulo, 2006. 636f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC-SP.

TAQUES, F. J. Sexualidades e identidades nos movimentos LGBTs no Brasil contemporâneo. *Visão Global, Joaçaba*, v. 13, n. 1, 1 semestre de 2010.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.



VANCE, C. Social construction theory: problems in the historic os sexuality. In: ALTMAN, D. *Homosexuality, which homosexuality?* London: GMP Publishers, 1989.

Recebido em 10 de julho de 2014  
Aceito para publicação em 20 de agosto de 2014

